

## A REPRESENTAÇÃO DOS ALUNOS E A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Documento dirigido ao Conselho Federal de Educação

Os professores da Faculdade de Filosofia, = Ciências e Letras de São José do Rio Preto, que se = subscvem, ante a greve nacional de estudantes pela= participação dos alunos nos órgãos diretores e adminis= trativos das Universidades e Institutos de Ensino Supe= rior, à margem de qualquer juízo sôbre a oportunita= de, conveniência ou condução do referido movimento, = sentem-se no dever de afirmar, perante a consciênci= educacional brasileira, que não concedeu, ainda, ao problema, a atenção que merece, a experiência univer= sitária de Rio Preto, no que se refere ao mérito peda= gógico da reivindicação.

O atual debate sôbre a Reforma Universitá= ria partê do esforço de redefinição dos objetivos da educação superior e de racionalização dos procedimen= tos educativos, para colocá-los a serviço da democra= tização da cultura e do desenvolvimento das técnicas= produtivas, no pressuposto de que uma política de edu= cação relacionada com os problemas estruturais de nos= sa economia e planificada em função das transforma= ções, projetadas ou em curso, da sociedade brasileira, é um instrumento básico para a emancipação material e a autonomia cultural do País.

A ampliação e a diversificação das oportuni= dades educativas requerem e exigem transformações qua= litativas nas finalidades da educação, pois a amplia= ção e a diversificação da base material do ensino se justificam pelos ideais de democratização e de racio= nalização da sociedade e da cultura e êsses ideais se justificam, por sua vez, pela necessidade de desenvol=

vimento da capacidade produtiva, pessoal e nacional, =  
propiciado pelo crescimento e diversificação das o-  
portunidades educativas.

O que nos demonstra que a planificação da  
educação em função das exigências da realidade social  
não é só um instrumento para modificarmos essa reali-  
dade, mas fornece, também, critérios historicamente =  
racionais e concretos para definirmos quais devem ser  
as finalidades da educação.

Mas a redefinição das relações entre a esco-  
la e a sociedade exige uma redefinição, no mesmo senti-  
do, das relações sociais e pedagógicas dentro da esco-  
la.

A democratização e a racionalização das re-  
lações de ensinar e aprender, no âmbito interno das =  
Faculdades, Institutos e Universidades, conduzem à =  
criação de uma estrutura didático-administrativa, com  
representação de alunos e professores, para o planeja-  
mento, a execução e o controle de todas as atividades  
educativas. O Departamento, concebido nesses termos, =  
e não mais a cátedra, passa a ser a unidade da vida u-  
niversitária.

Esse tipo de organização oferece algumas =  
vantagens que reputamos básicas:

- permite e exige a cooperação entre as Cadeiras em  
termos de trabalho de equipe, o que é reclamado tanto  
pelos progressos da metodologia científica quanto pe-  
las necessidades de utilização racional do aparelha-  
mento técnico-didático disponível, o que é muito im-  
portante nos países pobres, onde mais se sub-utilizam  
os fatores de produção;
- tende a eliminar o mandarinato do professor e a =  
irresponsabilidade do aluno;
- permite o confronto contínuo dos programas e proje-  
tos escolares com a unidade viva e real do aluno a que

se destinam, constituindo-se, assim, na base de uma = escola que exista para o seu aluno e permitindo a superação da escola voltada para o cumprimento, ou o descumprimento, de decretos administrativos;

--- tende a elevar, pela presença fiscalizadora do aluno, o nível das relações intelectuais e pessoais = entre os professores, do que tanto depende o trabalho de equipe;

--- permite e exige o diálogo institucional entre as formas de sociabilidade docente e discente, único processo capaz de canalizar, para a reconstrução educacional, o conflito entre as gerações, expresso nas = tensões advindas de diferentes níveis de desenvolvimento bio-psíquico e de diferentes formas e níveis de participação na sociedade e na cultura.

É de se ressaltar que esse diálogo entre a sociabilidade do professor, que tende a representar, = valores e padrões mais cristalizados, e a sociabilidade do aluno, que tende a representar, especialmente = nos países subdesenvolvidos, os anseios de renovação = desses padrões e valores, é o único processo de que o sistema de ensino dispõe, como recurso próprio, para se ajustar às transformações na sociedade e na cultura. As outras formas de ajustamento possíveis lhe serão determinadas de fora, pela ação dos poderes constituídos ou pelas pressões da opinião pública e serão, sempre, ou superficiais ou traumáticas, se não forem antecipadas e conjugadas com esse processo interno e específico de auto-renovação.

Os Cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de São José do Rio Preto, são organizados em Departamentos, onde se representam, com voz e voto, alunos e professores, para a planificação, a execução e o controle de todas as atividades curriculares. O Departamento de História Natural, que resistiu

durante dois anos à representação dos alunos, convencendo-se dos resultados positivos alcançados nos outros Departamentos, admitiu um aluno representante = por série. No Departamento de Letras vigora o mesmo = critério, com oito alunos representantes e no Departamento de Pedagogia a representação é paritária entre = alunos e professores.

Esta é a contribuição de Rio Preto para a Reforma Universitária nacional. Mesmo os projetos reformadores mais lúcidos, como o da Universidade de = Brasília e o da Universidade do Ceará, não estabelecem a representação dos alunos nos Departamentos, ou seja nos órgãos de base do trabalho universitário. Representação que é, para nós, em Rio Preto, o fundamento da democratização e da racionalização das relações institucionalizadas de ensinar e aprender, a contrapartida interna da definição das funções da educação = dentro da consciência e do projeto nacional de desenvolvimento.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, Instituto Isolado do Sistema Estadual de Ensino Superior do Estado de São Paulo, hoje um exemplo da expansão e da renovação do mesmo sistema, não foi fruto de nenhuma planificação prévia nem foi amparada por dotações orçamentárias adequadas. Antes, sofreu, por quatro anos, todas as agruras de uma Direção onipotente e relapsa, omissa e rotineira, erigida em árbitro de seu destino pela não existência de Congregação ou de representação nos órgãos que a dirigiam. Sem equipamento elementar, com vários meses de vencimentos em atraso, muitos de seus professores se viram, finalmente, coagidos em seus direitos básicos de cidadãos por cláusula inconstitucional na proposta de contrato que lhes era oferecida, = quando o obscurantismo identificava, na defesa da Escola Pública, uma atividade subversiva. Vários desses



professôres foram demitidos com aviso-prévio de um dia. Pretendia-se fechar a Faculdade, embora fôsse o Instituto Isolado de maior número de alunos.

Mas a Faculdade não se fechou. E da luta pela defesa da liberdade de pensamento e de investigação, no esforço de construção de uma Universidade racional, democrática e socialmente útil, participaram, plenamente, com determinação e equilíbrio, os seus alunos, moças e rapazes que, pouco tempo antes, eram jovens provincianos totalmente despreocupados dos problemas da educação superior e da renovação educacional brasileira.

Integrados, no entanto, na estrutura departamental acima descrita, em relações de corresponsabilidade com seus professôres, arrostaram tôdas as pressões do seu ambiente social imediato e da Administração, na defesa de valores e de práticas educativas que eram, agora, os seus, e pelos quais se sentiam pessoalmente responsáveis. A preservação das franquias liberais da Constituição da República e da Reforma Universitária na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto se deveu, em primeiro lugar, ao comportamento admirável dos seus alunos.

Nestes termos, a partir de nossa experiência, podemos testemunhar:

--- A participação dos alunos nos órgãos didáticos e administrativos da vida universitária é pressuposto básico de qualquer programa de democratização e de racionalização, em profundidade, do ensino superior.

--- O argumento de que essa participação não pode ser concedida devido à imaturidade dos alunos no trato dos problemas da educação significa, na prática, a vontade, deliberada ou inconsciente, de conservá-los nessa imaturidade, pois os afasta precisamente do estudo e da solução responsável dêsses problemas.

--- Do mesmo modo que uma escola é o que forem seus professores, ela será o que forem seus alunos, na medida em que o processo educativo é, ao mesmo tempo, produção e apropriação do saber, tanto no sentido de formação pessoal quanto no sentido de formação coletiva. Pois os interesses, problemas e projetos do aluno se referem, nos seus aspectos básicos, aos papéis que irá desempenhar na coletividade e os interesses e problemas da sociedade se expressar, na escola, na pessoa do aluno e no projeto pedagógico que êle deve, socialmente, realizar.

--- Sem prejuízo do mérito da representação dos alunos nos conselhos e órgãos administrativos da Universidade, essa representação não deve provir só de concessões de cúpula, mas deve ser uma decorrência natural e orgânica da participação dos alunos nos órgãos de base da vida universitária, ou seja, nos departamentos.

--- O ponto central da Reforma Universitária, do ponto de vista da reorganização das relações sociais e pedagógicas dentro da escola, é a criação de departamentos, com representação de alunos e professores, para a planificação, a execução e o controle cooperativos de todas as atividades curriculares. A estrutura didática e administrativa da Universidade deve tomar, como unidade estrutural, não mais a cátedra, mas o departamento, assim concebido.

--- Não colhe a afirmação de que a liberdade de cátedra estaria ameaçada com o término da intocabilidade do catedrático. A liberdade de pensamento e de investigação é, sem sombra de dúvida, condição indispensável para o progresso do conhecimento. O que se propõe não é a cessação da liberdade de cátedra, mas a sua ampliação no sentido de que a liberdade de cátedra deve deixar de ser a afirmação negativa de um privilégio, inclusive de omissão e de irresponsabilidade, para se tornar uma afirmação positiva de corresponsabilidade =

ante o progresso do conhecimento e de sua utilização = social. Mesmo por que a defesa dos valores democráti--cos da cultura se fará muito melhor quando realizada = por equipes unificadas em torno de tarefas comuns, que têm e terão, cada vez mais, necessidade diária da pre--servação e da extensão dêsses valores para o desenvol--vimento do seu trabalho científico.

Este depoimento se dirige tanto a administra--dores e professores, de quem tanto depende a constru--ção de uma pedagogia racional e humana e de um sistema de ensino superior adequado às urgentes necessidades = do país, quanto aos alunos e ao movimento estudantil, = os quais, feito o desconto dos excessos e êrros que se lhes possam imputar, conservam aceso, em nossa pátria, com a energia reivindicatória e indomável da juventu--de, o facho luminoso da Reforma Universitária.

São José do Rio Preto, 27 de junho de 1962.

WILSON CANTONI	JOSÉ ALUYSIO REIS DE ANDRADE
CRISTIAN NIGRO	HÉLICO LEITE DE BARROS
JOÃO JORGE DA CUNHA	IRINEU DE LOURA
CASIMIRO DOS REIS FILHO	JOSÉ DE ARRUDA FENTEADO
ANCAR ALEX	EDNA BELTRALINI
EDUARDO PENUELA CAÑIZAL	WILSON NILO DAL IGUÉ
NORLÂN LAURICE POTTER	JOSÉ B. DARÓ
ELINA OLGA MARIA ANDREOLI	LOYZÁS PRISCO DOS SANTOS
SARA ROTTENBERG	NESTOR RAMOS DE OLIVEIRA
CARLOS FUNARI PRÓSPERI	RUDOLF LEHARD
FLÁVIO VESIASIANO DI GIORGI	MARIA EDITH DO A. GAREGGINI